

# O ACESSO À INFORMAÇÃO NOS ARQUIVOS PÚBLICOS PORTUGUESES

por Fernãnda Ribeiro \*

## Resumo

O texto que se apresenta é o resultado da análise de um inquérito enviado aos Arquivos Públicos Portugueses, com vista a conhecer os instrumentos de pesquisa da informação em geral, aí existentes e, em particular, os instrumentos de acesso por assuntos.

Uma análise detalhada das respostas recebidas permitiu, além dos aspectos referidos, fazer um levantamento actualizado dos arquivos históricos (nomeadamente os municipais e os dos Governos Cívicos), bem como do pessoal técnico que possuem.

## Abstract

This paper is the result of the analysis of a questionnaire sent to the Portuguese Public Archives in order to know the available finding aids and specially those which refer to subject access.

Besides the aspects above referred, a detailed analysis of the answers enabled us to get an actualized knowledge of the existent archives (namely in what concerns local administration and "Governos Cívicos") as well as the professional staff of those archives.

## 1. INTRODUÇÃO

No âmbito do nosso trabalho de investigação enquanto docente do Curso de Especialização em Ciências Documentais, levámos a cabo um inquérito, sob a forma de questionário (ver Anexos 1-A, 1-B, 1-C) aos arquivos históricos portugueses, com o objectivo de conhecer os instrumentos de pesquisa aí existentes e, em particular, os instrumentos de acesso à informação por assuntos.

O questionário foi enviado aos arquivos públicos abertos à consulta, de Portugal Continental, que nos foi possível referenciar (1). Dentro da noção de "arquivo público" limitámo-nos aos arquivos da administração pública, não considerando, portanto,

(1) Agradecemos ao Instituto Português de Arquivos (I.P.A.) o apoio prestado para o levantamento dos arquivos e respectivas moradas.

\* Assistente Estagiária do Curso de Especialização em Ciências Documentais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

serviços públicos não estatais, empresas públicas, organismos de utilidade pública, etc., por verificarmos que tais entidades, na sua grande maioria, não possuem arquivos históricos abertos ao público. Foram ainda excluídos os fundos arquivísticos conservados em bibliotecas públicas (por exemplo, fundos de mosteiros, de família, etc.) a não ser os casos de arquivos históricos que se encontram na dependência de bibliotecas, como sucede, algumas vezes, com arquivos municipais.

Juntamente com o questionário enviámos uma folha com instruções para o seu preenchimento, na qual explicitámos e definimos os conceitos e termos utilizados, por forma a não surgirem dúvidas na sua interpretação.

O envio do questionário foi feito no mês de Maio de 1991, a 326 entidades, tendo sido recebidas 243 respostas. Em virtude desta boa receptividade decidimos enviar uma 2ª via às entidades que não responderam, obtendo com isso mais 17 respostas, o que veio a totalizar 260 (79,8%).

## 2. IDENTIFICAÇÃO / CARACTERIZAÇÃO DOS ARQUIVOS

### 2.1. Arquivos da Administração Central

Neste grupo considerámos o Arquivo Nacional, os Arquivos Históricos dos Ministérios, os Arquivos Distritais, os Arquivos das Universidades, bem como outros arquivos da administração pública, que nos foi possível referenciar (2). No Anexo 2 apresentamos uma relação de todos os arquivos inquiridos bem como as respectivas moradas. Para efeito do inquérito (ver Anexo 1-A) considerámos, pois, 32 arquivos, dos quais responderam 30 (3), ou seja, uma percentagem de 93,8%.

Como se pode comprovar pelo questionário em anexo, com as questões respeitantes à identificação / caracterização dos arquivos, pretendíamos saber as suas designações e localização correctas, qual o seu tipo (em função do âmbito da documentação que conservam) a entidade de quem dependem, o ano de abertura ao público e a quantidade de pessoal técnico que possuem.

A análise das respostas obtidas (ver Anexos 3 e 4) permitiu-nos classificar os arquivos da seguinte forma:

- 1 arquivo nacional
- 4 arquivos ministeriais

(2) Os Governos Cíveis também foram objecto do inquérito, mas dado o desconhecimento da existência de arquivos históricos nestas entidades, foi-lhes enviado um questionário ligeiramente diferente (ver Anexo 1-B). Por isso, têm agora um tratamento em ponto separado (2.1.1.).

(3) Na análise das respostas, não consideramos o Arquivo Histórico do Ministério da Justiça, por ter sido extinto e integrado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

- 15 arquivos distritais (+ 1 que não respondeu) (4)
- 7 arquivos departamentais (5)
- 1 arquivo universitário
- 1 arquivo especial (6)

Um dos aspectos importantes que pudemos apurar a partir deste inquérito relaciona-se com a abertura ao público dos arquivos. Assim, verificámos que a maioria dos Arquivos Portugueses abriu nos primeiros 30 anos e na última década deste século. De facto, entre 1933 e 1969, apenas se regista a abertura de um arquivo e, deste último ano até 1979, a abertura de mais 3. Foram, portanto, cerca de 50 anos de uma certa paralisia nesta área, reflexo sem dúvida da situação geral no país e no domínio cultural, particularmente.

No que se refere ao pessoal técnico de BAD, verificámos que apenas 4 arquivos não referem a sua existência. Da totalidade das respostas, registámos 49 técnicos superiores (7) e 51 técnicos auxiliares, o que dá uma média de 2 técnicos superiores e 1,8 técnicos auxiliares por arquivo. Convém, contudo, assinalar que dos arquivos que indicaram a existência de técnicos superiores BAD, 6 deles não possuem técnicos auxiliares. Seria interessante apurar se este facto se deve, por um lado, a uma falta de profissionais qualificados, ou por outro lado, a uma desadequação dos quadros de pessoal às necessidades dos serviços.

Outro dado interessante que nos foi permitido verificar é o de que todos os arquivos que responderam à questão sobre o pessoal técnico qualificado (à excepção do Arquivo Histórico Parlamentar) possuem pelo menos um técnico superior de BAD, que é o responsável pelo arquivo.

### 2.1.1. Arquivos dos Governos Cívicos

Dada a inexistência de qualquer fonte de referência sobre a situação dos arquivos dos Governos Cívicos, decidimos enviar o questionário a todas estas entidades, tendo alterado os campos 1 e 2 do mesmo, com a finalidade de incluir 2 questões iniciais

(4) Como é do conhecimento geral, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo cumpre funções de Arquivo Distrital de Lisboa e o Arquivo da Universidade de Coimbra, de Arquivo Distrital de Coimbra.

(5) Incluímos nesta categoria os Arquivos Geral da Marinha e Histórico Militar, apesar de eles se auto-classificarem como "arquivo nacional", devido ao âmbito da documentação que conservam.

(6) Esta é a designação com que o Arquivo Histórico Parlamentar se classifica e que decidimos manter pelo facto de ser um arquivo de um órgão de soberania, não se podendo, portanto, incluir na categoria dos "arquivos departamentais".

(7) O Arquivo Histórico Parlamentar indica 3 técnicos superiores, mas dada a especificação mencionada deduzimos que não são da carreira BAD, pelo que não foram aqui considerados.

sobre 1) existência (ou não) de arquivo histórico e 2) sua abertura (ou não) ao público (ver Anexo 1-B).

Dos 18 Governos Cíveis existentes, 16 responderam ao inquérito (8), o que equivale a uma percentagem de 88,9%.

Muito pouco há a concluir das respostas recebidas, já que apenas 5 Governos Cíveis dizem possuir arquivo histórico e, nenhum deles se encontra aberto ao público (ver Anexo 5). Será, no entanto, de salientar o caso do Governo Civil do Porto, que nos oficiou informando que, com autorização especial o arquivo pode ser consultado. Aliás, este arquivo foi recentemente tratado por professores e alunos do Curso de História da Faculdade de Letras do Porto, tendo sido publicado o respectivo "inventário" (9). Face à situação dos fundos dos Governos Cíveis, será legítimo interrogarmo-nos sobre o destino que é dada a essa documentação. Com vista à sua salvaguarda e posterior tratamento, pensamos que deverá ser integrada nos Arquivos Distritais, sendo necessário regulamentar tal integração.

## 2.2. Arquivos Municipais

Tal como no caso dos Governos Cíveis, a falta de qualquer instrumento de referência sobre os arquivos existentes nas Câmaras Municipais, fez-nos tomar também a decisão de enviar o questionário a todas estas entidades, na tentativa de obtermos uma informação o mais correcta e actualizada possível. Para isso, alterámos igualmente a parte inicial do questionário, colocando aí as questões sobre a existência ou não de arquivo histórico e sua abertura ao público (ver Anexo 1-C).

Das 275 Câmaras Municipais existentes, recebemos respostas de 213, o que equivale a uma percentagem de 77,5%, sendo verificada, a partir dessas respostas, a existência de 87 arquivos históricos (10). A este número acrescentámos mais 6 arquivos que, embora não tenham respondido ao inquérito, são do nosso conhecimento directo, o que totaliza 93 arquivos municipais. Destes 93 arquivos, 38 estão abertos ao público (ver Anexo 6).

(8) Apenas os Governos Cíveis de Évora e Faro não enviaram resposta.

(9) O Arquivo do Governo Civil do Porto. Porto, Governo Civil, 1988.

(10) Comparando as respostas obtidas com os resultados do 1º Inquérito Nacional aos Arquivos Municipais, feito pela BAD, publicados in "CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 29, Coimbra, 1987 - A Integração Europeia: um desafio à informação. Actas. Coimbra, Livraria Minerva, 1987, p. 247-264", verificamos que obtivemos mais 14 respostas e identificámos mais 11 arquivos. Contudo, como no tratamento do inquérito da BAD não são indicados os nomes dos concelhos com arquivo histórico, mas apenas números globais por distrito, não podemos fazer qualquer estudo comparativo dos resultados dos dois inquéritos.

Embora o objectivo essencial do inquérito fosse o de conhecer os instrumentos de pesquisa da informação, pensamos que neste caso dos Arquivos Municipais valerá a pena analisar outros dados obtidos, já que se trata de uma realidade pouco conhecida em que, só recentemente, se vem notando uma preocupação com a conservação e o tratamento do património arquivístico. A atestar isto veja-se a quantidade de arquivos que foram abertos ao público nos últimos 11 anos (ver Anexo 7), abertura esta que, geralmente, ocorre após um processo de organização e tratamento dos fundos.

Dos 38 arquivos abertos ao público (11), 9 não indicam a sua data de abertura. No entanto, dos 28 que fornecem esta informação, verifica-se que 22 abriram ao público a partir do ano de 1980, o que equivale a uma percentagem de 78,6%. Ainda que se verificasse, que os arquivos que não responderam a esta questão, já se encontravam abertos antes de 1980, continuaríamos a ter cerca de 60% de arquivos municipais acessíveis ao público na última década. Interessante verificar que, já no caso dos arquivos da administração central, registamos um incremento após 1979.

No que se refere à existência de pessoal qualificado (ver Anexo 6), registámos, na totalidade dos arquivos municipais que responderam, a existência de 19 Técnicos Superiores de BAD e 44 Técnicos Auxiliares de BAD, situando-se a grande maioria nos arquivos abertos ao público (17 Téc. Sup. e 41 Téc. Aux.). Não deixa de ser significativo o facto de 4 arquivos referirem que o seu quadro de pessoal é comum à Biblioteca Municipal. Isto levamos a colocar algumas reservas quanto ao número de profissionais de BAD nesta área dos arquivos municipais, pois não temos garantia de que aquela situação não se verifique noutros casos, sendo omissos tal facto nas respostas dadas.

É também de assinalar que, dos 38 arquivos abertos ao público, apenas 6 não indicaram a existência de pessoal técnico de BAD.

Os números acima indicados permitem-nos concluir que a preocupação com o património arquivístico, que se vem acentuando - embora lentamente - nos últimos anos, não se limita à sua conservação e divulgação mas parece também passar por um tratamento técnico adequado, feito por profissionais qualificados para o efeito.

Como reflexo daquela preocupação é de salientar o trabalho extremamente importante levado a cabo pelo Arquivo Distrital de Braga, desde 1987, no sentido de acompanhar e coordenar tecnicamente a organização e tratamento dos arquivos municipais do distrito. É um exemplo paradigmático de como se consegue um trabalho válido em relativamente pouco tempo, sem meios muito onerosos nem muito sofisticados.

No último campo do inquérito pedíamos que fossem indicados o nome e a categoria da pessoa responsável pelas informações prestadas. Analisando também estes dados, verificámos que das 87 Câmaras com arquivo histórico, 79 preencheram o referido campo, o que nos dá a seguinte distribuição, pelas respectivas categorias:

(11) Há 3 arquivos que indicam que a abertura ao público é condicionada, quer por falta de instalações próprias, quer por desorganização dos fundos.

Vereador da Cultura ou Responsável da área cultural	-	21
Técnico Superior de BAD	-	18
Técnico Superior	-	17
Técnico Auxiliar de BAD	-	14
Funcionário administrativo	-	4
Presidente da Câmara	-	3
Auxiliar Técnico de BAD	-	2

Estes dados permitem-nos concluir que, exceptuando os arquivos abertos ao público, onde se situam as respostas dadas por técnicos de BAD, ainda se verifica que uma percentagem de 57% dos arquivos municipais estão sob a responsabilidade de pessoas ligadas à área cultural das Câmaras que, como se sabe, a maior parte das vezes, têm um desconhecimento total do que é um arquivo e quais as suas funções.

### 3. O ACESSO A INFORMAÇÃO NOS ARQUIVOS ABERTOS AO PÚBLICO

#### 3.1. Instrumentos de Pesquisa

No questionário elaborado colocámos 2 perguntas (3.1 e 3.2.) cujo objectivo era o de conhecer os diversos tipos de instrumentos de pesquisa existentes nos arquivos em funcionamento, ou seja, nos que estão abertos ao público. Pretendeu-se com tais questões obter uma panorâmica geral dos meios de acesso à informação nas suas mais diversas formas.

Consideramos para análise as 68 respostas obtidas.

##### 3.1.1. Instrumentos de Pesquisa Manual

Os instrumentos de pesquisa manual mais utilizados nos arquivos são, como se sabe, os guias, os inventários, os catálogos e os índices. Por isso mesmo, colocámos no questionário estas várias hipóteses de resposta, acrescentando ainda uma pergunta aberta para serem indicados outros instrumentos que não coubessem nas categorias citadas.

Em cada tipo de instrumento de pesquisa pedíamos que fosse assinalada a sua forma física (em forma de livro, folheto, desdobrável, em fichas) procurando com isto apenas facilitar o preenchimento do questionário. Por isso, este aspecto não foi considerado relevante na análise das respostas obtidas.

Dos 68 arquivos que responderam, verificamos que 33 (49%)

deles possuem guias, 51 (75%) inventários, 43 (63%) catálogos, 35 (51%) índices e, apenas 3 (4%), dizem possuir outro tipo de instrumentos de pesquisa, não explicitando qual (ver Anexo 8).

Logo numa primeira análise, se pode dizer que é significativo o facto de o número de guias ser bastante inferior ao dos inventários e dos catálogos, o que, sem dúvida, corresponde a uma prática arquivística que vigorou (e vigora ainda) nos arquivos portugueses, completamente desligada de uma planificação em termos de descrição documental. De facto, actualmente, todos os teóricos da Arquivologia estão de acordo em que o primeiro instrumento de pesquisa a ser elaborado será o guia, com a finalidade de orientar o utilizador e fornecer uma visão geral sobre os fundos existentes num arquivo. Só depois do guia, ou a par com ele, se passará a descrições mais completas - o inventário - e, só em casos especiais, se elaborarão catálogos, os quais visam uma descrição documento a documento, necessariamente morosa e só justificável em determinados casos.

Esta planificação arquivística em termos de descrição documental, nunca foi corrente entre nós, apesar de noutros países se praticar desde há já muitos anos, nomeadamente na vizinha Espanha, donde nos têm chegado, nos últimos dez anos, diversos manuais e obras teóricas sobre esta matéria. De facto, a tradição portuguesa a este nível assenta numa prática de todo contrária à que referimos, sendo habitual entre nós o trabalho insano da produção de catálogos e índices, sem dúvida úteis, mas necessariamente parcelaríssimos face à quantidade de documentação existente nos nossos arquivos. Aliás, até há muito poucos anos, o próprio ensino da Arquivística e da prática de descrição documental nos orientava nesta via, não sendo, portanto, de estranhar que os técnicos assim formados aplicassem essa mesma orientação ao seu trabalho quotidiano.

Por outro lado, o facto de, só após a criação do I.P.A., terem sido elaborados quadros de classificação para certos tipos de fundos, sem dúvida que também contribuiu para a não elaboração de instrumentos de pesquisa com carácter global, como os guias, pois havia grande dificuldade na organização da documentação em termos orgânicos.

Considerando as respostas obtidas numa outra perspectiva (ver Anexos 9 a 13), podemos extrair também conclusões interessantes. Assim, dos 33 arquivos que possuem guias, 25 (76%) têm inventários, 20 (61%) têm catálogos, 18 (55%) têm índices e somente 4 (12%) possuem outro tipo de instrumentos. Se estes dados parecem conformes à planificação descritiva de que falámos atrás, ao analisarmos, na mesma perspectiva, os outros instrumentos de pesquisa, logo verificamos que não é assim. Senão vejamos:

- dos 51 arquivos com inventários, apenas 25 (49%) possuem guia;
- dos 43 arquivos com catálogos, 34 (79%) têm inventários, mas somente 20 (47%) possuem guia;
- os índices (que deverão ser encarados como instrumentos auxiliares de pesquisa), existem em 51% dos arquivos mas, em alguns casos (17%), apenas se verifica, para além deles, a existência de catálogos ou guias;
- existem 5 arquivos com outros instrumentos de pesquisa,

sendo um deles completamente desprovido dos instrumentos essenciais para acesso à informação.

Em conclusão podemos também dizer que o instrumento de pesquisa mais utilizado é o inventário (ele existe em 75% dos arquivos). A sua existência poderia dispensar a elaboração do guia, pois é um instrumento mais completo e mais rico de informação. Assim, a existência de apenas 49% de guias nos arquivos que possuem inventários poderia não ser de estranhar. Mas, contudo, para esta hipótese ser válida, haveria que verificar se os inventários mencionados se referem à totalidade dos fundos dos arquivos, ou apenas a conjuntos documentais parcelares. Este facto fica por apurar, embora o que nos é dado conhecer, nomeadamente através de edições impressas de alguns arquivos, faça crer que os inventários raramente serão respeitantes à globalidade dos fundos.

### 3.1.2. Instrumentos de Pesquisa Automática

As questões referentes aos instrumentos de pesquisa automática visavam, essencialmente, conhecer até que ponto a introdução da informática está a atingir os arquivos portugueses.

Da análise das 68 respostas (ver Anexo 14), verificamos que apenas em 17 (25%) arquivos existem instrumentos de pesquisa automática e também em 17 (25%) arquivos tais instrumentos se encontram em fase de preparação. Destes últimos, 4 deles haviam indicado a existência de instrumentos de pesquisa automática, pelo que só deveremos considerar mais 13 a preparar tais instrumentos. Teremos, portanto, 30 arquivos com meios automáticos ou em vias de automatização, no que respeita aos instrumentos de pesquisa.

Foi-nos também indicado, por diversos arquivos dependentes do I.P.A., que a automatização em curso está a ser feita com a aplicação do programa ARQBASE.

Esta percentagem de arquivos com meios automáticos de acesso à informação é reveladora de um certo atraso nesta área, mas está sem dúvida relacionada com o facto de, até ao aparecimento da programa ARQBASE (que ainda não é de divulgação imediata a qualquer arquivo) não existir em Portugal nenhuma aplicação informática específica para arquivos. Aliás, neste campo, mesmo a nível internacional, e até há poucos anos, o panorama não era muito diferente, pois embora houvesse aplicações de "packages" bibliográficos, de gestão integrada, de bases de dados, de tratamento de texto, etc., escasseava o software específico (12). Mesmo actualmente, no que se refere à descrição arquivística, se exceptuarmos os casos dos arquivos americanos e canadianos, que estão a aplicar para esse efeito os formatos de tipo MARC, como é o

(12) A este propósito veja-se COOK, Michael - Encuesta internacional sobre aplicaciones informaticas a la gestión archivística. "ADPA", Madrid, 5 (2) 1986, p. 43-54.



caso do MARC-AMC, não encontramos ainda suficientemente divulgadas outras aplicações informáticas para descrição em arquivos e, conseqüentemente, para produção de instrumentos de pesquisa automática.

### 3.2. Pontos de Acesso à Informação

Outra das perguntas do questionário destinava-se a saber que tipo de acesso à informação é permitido através dos instrumentos de pesquisa existentes nos arquivos.

Partindo ainda das 68 respostas obtidas, pudemos organizar um quadro (ver Anexo 15) em que se visualiza o tipo de acesso à informação em termos quantitativos e percentuais. Verifica-se, portanto, que os instrumentos de acesso por data são os que atingem uma maior percentagem (57%), logo seguidos dos instrumentos de acesso por classificação (orgânica ou funcional), que se registam em 54% dos arquivos. Seguem-se depois os instrumentos de acesso por nomes (50%), por assuntos (40%), por locais (32%), por cotas (31%) e por classificações não orgânicas (24%). Resta um grupo residual de instrumentos de pesquisa com acesso por outro tipo de rubrica que não as indicadas, e que só foi referido por 3 arquivos (4%), não sendo especificado qual o tipo de acesso.

Destes dados ressalta como significativo o facto de 16 arquivos referirem a existência de instrumentos de pesquisa com acesso através duma classificação não orgânico/funcional. Como é bem sabido, as classificações temáticas, tipológicas, fictícias ou de qualquer outra natureza, sem correspondência com a estrutura orgânica da entidade produtora da documentação, não devem ser usadas em arquivos. A sua existência em 24% dos arquivos que nos responderam revela ainda uma aplicação incorrecta dos princípios arquivísticos de organização dos fundos.

Outra conclusão que podemos tirar daquelas respostas, relaciona-se com a utilização das classificações, mas agora das orgânico/funcionais. Se voltarmos a considerar os 33 arquivos que dizem possuir guias, verificamos que não mais do que 25 (76%) têm como classificação um quadro orgânico/funcional (ver Anexo 16). E, dos 51 arquivos que possuem inventários, também somente 30 (61%) possuem tal tipo de classificação (ver Anexo 17). Estes números revelam que, de facto, ainda se está longe duma organização arquivística que reflecta a aplicação de princípios teóricos básicos, como seja o princípio da proveniência.

A não existência, em muitos casos, de acesso por classificação orgânica, significa que a estruturação dos fundos assenta em outros princípios (porventura uma organização temática) já há muito abandonados, como seja o princípio da pertinência, que outrora esteve na base da organização de muitos arquivos.

Relativamente às possibilidades de acesso à informação por assuntos, cujo conhecimento era um dos objectivos do nosso inquérito, verificamos que 27 arquivos (40%) dizem possuir instrumentos que permitem tal acesso. É um facto que, muitas vezes, os instrumentos de acesso à informação por nome ou por

local, também se referem ao conteúdo dos documentos e, não apenas a elementos relativos à autoria, destinatários, intervenientes, datas tópicas, etc. Assim sendo, a pesquisa por assuntos, entendida como acesso ao conteúdo, terá de ser feita não apenas através de instrumentos ideográficos, mas também dos onomásticos e dos geográficos e/ou toponímicos.

É também interessante verificar-se que apenas 21 arquivos (31%) dizem possuir instrumentos de acesso topográfico (por cotas) à informação. Até que ponto este facto nos poderá fazer pensar numa falta de controlo dos depósitos e, necessariamente, da documentação? Será que outro tipo de instrumentos, como os registos, são suficientes para o controlo dos fundos? Será que em todos os arquivos o número de registo funciona como cota? A não ser assim, como supomos pelo conhecimento directo de alguns arquivos, como se controlam de facto os fundos?

### 3.3. A Indexação por Assuntos

Um dos objectivos do inquérito foi, como referimos atrás, saber se nos arquivos existem meios de acesso à informação por assuntos e, além disso, conhecer o tipo de linguagem usada na indexação, os instrumentos de apoio à indexação existentes e, neste caso, a forma sob a qual se apresentam. Estas questões foram formuladas nos pontos 3.4, 3.5 e 3.6 do questionário.

Como já havíamos verificado, 27 arquivos indicaram que possuíam instrumentos de acesso à informação por assuntos (ideográficos). Analisando a questão em que se pedia que fosse indicada a linguagem utilizada, colocando as hipóteses de a mesma ser controlada ou não controlada, verificamos que responderam 45 arquivos. Há aqui qualquer anomalia, pois seria lógico que apenas os 27 arquivos que referiram a existência de indexação por assuntos (instrumentos de acesso ideográfico) respondessem à questão sobre o tipo de linguagem utilizada. Contudo, houve mais 18 respostas.

Pensamos que, quer a formulação das perguntas, quer as instruções para preenchimento do questionário eram suficientemente claras, de forma a não surgirem dúvidas na sua interpretação. Verificamos, no entanto, ao analisar estas últimas questões, que houve algumas dificuldades.

Dos 45 arquivos que responderam (ver Anexo 18), 15 (33,3%) dizem que utilizam linguagem controlada na indexação e 26 (57,8%) referem que usam linguagem não controlada. No entanto, daqueles 15 arquivos, 6 não referiram a existência de instrumentos de acesso por assuntos e dos 26, também 12 os não referiram. Há, pois, incorrecções no preenchimento do questionário, o que poderá comprometer a validade das respostas e a análise dos resultados.

Considerando apenas os 27 arquivos que indicaram a existência de instrumentos de acesso por assuntos, teremos então 9 (33,3%) com uso de linguagem controlada e 14 (44,4%) com uso de linguagem não controlada.

Os números variam mas a percentagem dos arquivos que utilizam controlo na indexação mantém-se nas duas situações acima

referidas. Vamos, pois, admitir que não haverá grande erro nestes resultados.

Quanto à utilização de um instrumento de apoio à indexação, obtivemos respostas de 14 arquivos:

- 8 referem que fazem a indexação com base numa lista de termos previamente elaborada (mas 5 deles não haviam referido a existência de instrumentos de acesso por assuntos) (13)

- 5 dizem que usam uma lista de termos que vai sendo construída à medida que é feita a indexação (mas 2 deles não haviam indicado a existência de instrumentos de acesso por assuntos)

- 1 arquivo indica que utiliza como apoio o "thesaurus" da UNESCO

- 1 arquivo diz que não usa qualquer instrumento de apoio à indexação, embora refira o uso de linguagem controlada.

No que se refere à forma de apresentação do instrumento de apoio à indexação utilizado, temos o seguinte:

- 5 arquivos dizem que ele se apresenta sob a forma de lista alfabética simples

- 4 arquivos dizem que tem a forma de lista alfabética estruturada (tipo "thesaurus")

- 2 arquivos indicam que tem uma apresentação gráfica

- 1 arquivo refere que segue a estrutura do programa ARQBASE (parece-nos que só poderá ser a de lista alfabética simples!)

Dadas as anomalias verificadas no preenchimento das 3 últimas perguntas do questionário, não podemos deixar de frisar, mais uma vez, que devem ser colocadas reservas à validade destes dados, sobretudo no caso dos arquivos que não mencionaram a existência de acesso por assuntos.

## CONCLUSÕES

Da análise dos resultados deste inquérito e, para além das considerações feitas à medida que os fomos apresentando, pensamos que serão de extrair como conclusões principais as seguintes:

- quer a nível da administração central, quer a nível dos municípios, verifica-se, nos últimos anos, uma maior atenção para a necessidade de salvaguarda e tratamento dos fundos arquivísticos, o que se traduz na criação e abertura a público de muitos arquivos;

- os arquivos dos Governos Civis são praticamente inexistentes ou sem qualquer tratamento, o que nos leva a

(13) Há um arquivo que indica esta situação e a seguinte.

considerar que é necessário fazer um apelo, a quem de direito, para serem acautelados e tratados tais fundos arquivísticos;

- no que se refere ao pessoal técnico de EAD, verifica-se que a sua quantidade é manifestamente baixa, especialmente no caso dos arquivos municipais (14);

- relativamente aos instrumentos de pesquisa existentes, a conclusão mais importante é a de que se verifica, em muitos casos, a ausência de uma planificação em termos de descrição documental;

- a inexistência de meios de acesso à informação através de classificações orgânico/funcionais, em muitos arquivos, revela uma deficiente organização dos fundos, sem respeito pelo princípio da proveniência, tão importante na fundamentação teórica da Arquivologia;

- no que respeita à indexação por assuntos, ela é inexistente em 60% dos arquivos que analisámos e, nos casos em que é feita, raramente é utilizado um controlo do vocabulário e um instrumento de apoio à indexação.

(14) Somos particularmente sensíveis a este aspecto, dada a nossa situação de docente do Curso de Especialização em Ciências documentais. De facto, verificamos que, a este nível, se assiste a uma situação paradoxal: há enormes carências de pessoal técnico nos arquivos e os diplomados em Ciências Documentais, com a opção de "Arquivos", têm imensas dificuldades na obtenção de uma saída profissional adequada.

ANEXOS

ANEXO 1 - A

INQUÉRITO

(Nas perguntas com várias opções, por favor assinale com um "x" as suas respostas)

1. IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO

- 1.1. Nome / Designação do Arquivo \_\_\_\_\_  
1.2. Endereço \_\_\_\_\_  
1.3. Telefone \_\_\_\_\_ Telex \_\_\_\_\_ Fax \_\_\_\_\_

2. CARACTERIZAÇÃO DO ARQUIVO

- 2.1. Tipo de Arquivo  
a) Nacional \_\_\_ b) Ministerial \_\_\_ c) Distrital \_\_\_  
d) Outro \_\_\_ Qual? \_\_\_\_\_  
2.2. Qual a entidade tutelar do Arquivo? \_\_\_\_\_  
2.3. Em que ano foi aberto ao público? \_\_\_\_\_  
2.4. Possui pessoal técnico qualificado?  
a) Número de técnicos superiores BAD \_\_\_\_\_  
b) Número de técnicos auxiliares BAD \_\_\_\_\_

3. PESQUISA DA INFORMAÇÃO

- 3.1. Que tipos de instrumentos de pesquisa manual possui o Arquivo?  
3.1.1. Guias  
a) Em forma de livro, folheto ou desdobrável \_\_\_  
b) Em folhas soltas \_\_\_  
3.1.2. Inventários  
a) Em forma de livro \_\_\_  
b) Em fichas \_\_\_  
3.1.3. Catálogos  
a) Em forma de livro \_\_\_  
b) Em fichas \_\_\_  
3.1.4. Índices  
a) Em forma de livro \_\_\_  
b) Em fichas \_\_\_  
3.1.5. Outros instrumentos \_\_\_ Quais? \_\_\_\_\_  
3.1.6. Não possui quaisquer instrumentos de pesquisa \_\_\_

(No caso de dar a resposta 3.1.6., passe ao ponto 4)

- 3.2. Possui instrumentos de pesquisa automática?
- 3.2.1. Sim  Quais? \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_
- 3.2.2. Não
- 3.2.3. Estão a ser preparados  Quais? \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_
- 3.3. Os instrumentos de pesquisa existentes, que tipo de acesso à informação permitem?
- 3.3.1. Classificado (orgânico/funcional)
- 3.3.2. Classificado
- 3.3.3. Onomástico
- 3.3.4. Geográfico/Toponímico
- 3.3.5. Ideográfico
- 3.3.6. Cronológico
- 3.3.7. Topográfico
- 3.3.8. Outro  Qual? \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_
- 3.4. No acesso por assuntos (indexação), que tipo de linguagem é utilizada?
- 3.4.1. Linguagem controlada
- 3.4.2. Linguagem não controlada
- (No caso de dar a resposta 3.4.2., passe ao ponto 4)
- 3.5. Na linguagem controlada utilizada, como são estabelecidos os termos de indexação?
- 3.5.1. Com base numa lista de termos que vai sendo construída à medida que é feita a indexação
- 3.5.2. Com base numa lista de termos de indexação previamente elaborada
- 3.5.3. Com base em "thesaurus (i)"  Qual(quais)? \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_
- 3.5.4. Pelo indexador sem recurso a qualquer instrumento de apoio à indexação
- (No caso de dar a resposta 3.5.4., passe ao ponto 4)
- 3.6. O instrumento de apoio à indexação utilizado de que forma se apresenta?
- 3.6.1. Lista alfabética simples
- 3.6.2. Lista alfabética estruturada ou "thesaurus" alfabético
- 3.6.3. Lista hierárquica
- 3.6.4. Apresentação gráfica
- 3.6.5. Outra  Qual? \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

#### 4. CONTACTOS "A POSTERIORI"

Pessoa a contactar no caso de ser necessário obter qualquer esclarecimento a propósito deste inquérito

- a) Nome \_\_\_\_\_
- b) Categoria \_\_\_\_\_

AGRADECEMOS A COLABORAÇÃO PRESTADA



## Instruções para preenchimento do inquérito

(Estas instruções visam esclarecer os objectivos de algumas questões, bem como definir termos ou noções utilizados, a fim de não surgirem dúvidas no preenchimento do inquérito)

1. Este inquérito destina-se exclusivamente a **ARQUIVOS HISTÓRICOS abertos ao público**.  
Por "Arquivo Histórico" entendemos o conjunto de documentos, sem interesse administrativo, mas considerados de valor histórico e patrimonial e, por isso, dignos de conservação permanente (em princípio, tais documentos terão mais de 50 anos).
- 3.1.1. **Guia** - como o seu próprio nome indica, tem a função específica de orientar o utilizador, proporcionando uma visão genérica e uma informação sintética sobre os fundos documentais (por vezes é designado por "roteiro")
- 3.1.2. **Inventário** - descreve sumariamente as séries documentais existentes, como reflexo de uma actividade concreta, de uma tipologia documental ou de um método de ordenação, fazendo referência às unidades de instalação (livros, maços, caixas, etc.)
- 3.1.3. **Catálogo** - descreve as peças documentais (documentos soltos ou processos), pertencentes a uma série, secção ou mesmo a uma colecção factícia
- 3.1.4. **Índice** - instrumento auxiliar de pesquisa que permite a identificação e localização dos documentos e/ou da informação; pode ser autónomo ou estar dependente de outros instrumentos de pesquisa
- 3.2. Referimo-nos a instrumentos produzidos por computador ou existentes "on-line"
- 3.3.1. **Classificado (orgânico/funcional)** - as rubricas de acesso (cabeçalhos) do instrumento de pesquisa correspondem ao código da classificação (a organização do Arquivo está de acordo com um quadro de classificação orgânico e/ou funcional que respeita, portanto, a estrutura das entidades produtoras da documentação)
- 3.3.2. **Classificado** - as rubricas de acesso (cabeçalhos) do instrumento de pesquisa correspondem ao código da classificação (a organização do Arquivo assenta numa classificação temática, tipológica, fictícia ou de qualquer outra natureza, sem correspondência com a estrutura orgânica das entidades produtoras da documentação)
- 3.3.3. **Onomástico** - as rubricas de acesso (cabeçalhos) do instrumento de pesquisa são constituídas por nomes de pessoas e/ou colectividades e instituições

- 3.3.4. Geográfico/Toponímico - as rubricas de acesso (cabeçalhos) do instrumento de pesquisa são constituídas por nomes de regiões, localidades, ruas, praças, etc.
- 3.3.5. Ideográfico - refere-se ao acesso por assuntos (matérias), sendo os cabeçalhos do instrumento de pesquisa do tipo descritores, cabeçalhos de matérias, palavras-chave, etc.
- 3.3.6. Cronológico - as rubricas de acesso (cabeçalhos) são constituídas por datas
- 3.3.7. Topográfico - as rubricas de acesso (cabeçalhos) correspondem à localização (cota) dos documentos e/ou unidades de instalação; podem coincidir com o código de classificação, no caso da montagem ser classificada (Nota: nesta situação deverão, além da resposta 3.3.7., ser também assinaladas as respostas 3.3.1. ou 3.3.2.)
- 3.4.1. Linguagem controlada - termos de indexação (descritores, palavras-chave, etc.) seleccionados a partir da linguagem natural, utilizados para representar de uma forma condensada o conteúdo dos documentos e para recuperar informação (controlo da sinonímia, polissemia, ambiguidade, etc.)
- 3.4.2. Linguagem não controlada - termos retirados dos documentos ou de resumos dos mesmos, sem qualquer controlo da sinonímia, polissemia, ambiguidade, etc.
- 3.5. Termo de indexação - esta designação refere-se genericamente a descritores, palavras-chave, cabeçalhos de matéria, etc.
- 3.5.3. Thesaurus (plural "thesauri") - vocabulário duma linguagem de indexação controlada, organizado formalmente de modo a explicitar as relações semânticas entre os termos de indexação nele contidos
- 3.5.4. Instrumento de apoio à indexação - refere-se à lista de termos de indexação ou "thesaurus"
- 3.6. Lista de indexação
- 3.6.1. Lista alfabética simples - relação alfabética dos termos de indexação utilizados
- 3.6.2. Lista alfabética estruturada - lista alfabética dos termos de indexação utilizados, com relações semânticas entre eles (tipo "thesaurus")
- 3.6.3. Lista hierárquica - organização dos termos de indexação segundo uma estrutura classificada (tipo tabela de classificação)
- 3.6.4. Apresentação gráfica - organização esquemática dos termos de indexação (esquemas com setas, estruturas em árvore, etc.)

ANEXO 1 - B

INQUÉRITO

(Nas perguntas com várias opções, por favor assinale com um "X" as suas respostas)

1. ENTIDADE TUTELAR DO ARQUIVO

Governo Civil de \_\_\_\_\_

1.1. Possui Arquivo Histórico?

Sim \_\_\_\_ Não \_\_\_\_

(No caso da resposta ser não, passe ao ponto 4)

1.2. Está aberto ao público?

Sim \_\_\_\_ Não \_\_\_\_

(No caso da resposta ser não, passe ao ponto 4)

2. IDENTIFICAÇÃO / CARACTERIZAÇÃO DO ARQUIVO

2.1. Nome / Designação do Arquivo \_\_\_\_\_

2.2. Endereço \_\_\_\_\_

2.3. Telefone \_\_\_\_\_ Telex \_\_\_\_\_ Fax \_\_\_\_\_

2.4. Em que ano foi aberto ao público? \_\_\_\_\_

2.5. Possui pessoal técnico qualificado?

a) Número de técnicos superiores BAD \_\_\_\_\_

b) Número de técnicos auxiliares BAD \_\_\_\_\_

3. PESQUISA DA INFORMAÇÃO

(A partir daqui o questionário é igual ao do Anexo 1 - A)

ANEXO 1 - C

O questionário é igual ao do Anexo 1 - B.  
Apenas substituímos, no ponto 1, as palavras "Governo Civil  
de" por "Câmara Municipal de".

ANEXO 2

ARQUIVOS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL  
AOS QUAIS FOI ENVIADO O INQUÉRITO \*

- ARQUIVO DISTRITAL DE AVEIRO  
Praça da República  
3800 AVEIRO
- ARQUIVO DISTRITAL DE BEJA  
Av. Vasco da Gama  
7800 BEJA
- ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA  
Largo do Paço  
4719 BRAGA CODEX
- ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGANÇA  
Bº Rubacar, lote 75/76  
Apartado 125  
5300 BRAGANÇA
- ARQUIVO DISTRITAL DE CASTELO BRANCO  
R. de São Marcos, 3  
6000 CASTELO BRANCO
- ARQUIVO DISTRITAL DE FARO  
R. de São Pedro, 12  
8000 FARO
- ARQUIVO DISTRITAL DA GUARDA  
Largo General Humberto Delgado  
6300 GUARDA
- ARQUIVO DISTRITAL DE PORTALEGRE  
Convento de São Francisco  
7300 PORTALEGRE
- ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO  
Praça da República, 38  
4000 PORTO
- ARQUIVO DISTRITAL DE SANTARÉM  
R. Passos Manuel  
2000 SANTARÉM
- ARQUIVO DISTRITAL DE SETÚBAL  
R. Gama Braga, 15  
2900 SETUBAL

(\* ) Os Arquivos dos Governos Cívicos não estão incluídos.

- ARQUIVO DISTRITAL DE VIANA DO CASTELO  
R. Manuel Espregueira, 140-146  
4900 VIANA DA CASTELO
- ARQUIVO DISTRITAL DE VILA REAL  
Av. Almeida Lucena, 5  
5000 VILA REAL
- ARQUIVO DISTRITAL DE VISEU  
Largo Alves Martins  
3500 VISEU
- ARQUIVO GERAL DA MARINHA  
Praça da Armada  
1300 LISBOA
- ARQUIVO HISTÓRICO DA BIBLIOTECA NACIONAL  
Campo Grande, 83  
1751 LISBOA CODEX
- ARQUIVO HISTÓRICO-DIPLOMÁTICO DO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS  
ESTRANGEIROS  
Largo do Rilvas  
1354 LISBOA CODEX
- ARQUIVO HISTÓRICO DA Direcção-GERAL DAS ALFÂNDEGAS  
Biblioteca da Alfândega de Lisboa  
R. Terreiro do Trigo  
1100 LISBOA
- ARQUIVO HISTÓRICO DA DIRECTORIA DO PORTO DA POLÍCIA JUDI-  
CIÁRIA  
R. de São Bento da Vitória, 12  
4000 PORTO
- ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR  
Largo dos Caminhos de Ferros, 2  
1100 LISBOA
- ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS  
R. Ocidental ao Campo Grande, 83  
1700 LISBOA
- ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (a)  
Praça do Comércio  
1100 LISBOA
- ARQUIVO HISTÓRICO PARLAMENTAR  
Palácio de São Bento  
1296 LISBOA CODEX
- ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO  
Calçada da Boa Hora, 30  
1300 LISBOA

- ARQUIVO HISTÓRICO DO TRIBUNAL DE CONTAS  
Av. Infante D. Henrique  
1194 LISBOA CODEX
- ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO  
Alameda da Universidade  
1600 LISBOA
- ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
R. de São Pedro, 2  
3000 COIMBRA
- BIBLIOTECA E ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DAS OBRAS  
PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
Praça do Comércio, Ala Norte  
1194 LISBOA CODEX
- BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO DISTRITAL DE ÉVORA  
Largo Vila Flor  
7034 ÉVORA CODEX
- BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO DISTRITAL DE LEIRIA  
Edifício da Câmara Municipal  
2400 Leiria
- DIRECÇÃO-GERAL DA JUNTA DO CRÉDITO PÚBLICO. Divisão do  
Arquivo, Museu e Biblioteca  
Av. Infante D. Henrique  
1194 LISBOA CODEX
- GABINETE DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DA ENGENHARIA MILITAR  
Campo de Santa Clara  
1100 LISBOA

(a) Oficiaram a informar que, presentemente, o Ministério da Justiça não possui arquivo histórico, tendo o mesmo sido transferido para o Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

## ANEXO 3

## CARACTERIZAÇÃO DOS ARQUIVOS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL QUE RESPONDERAM AO INQUÉRITO †

NOME / DESIGNAÇÃO DO ARQUIVO	TIPO DE ARQUIVO	ENTIDADE TUTELAR	ANO DE ABERTURA AO PÚBLICO	PESSOAL TÉCNICO BAD		OBSERVAÇÕES
				Téc. Sup.	Téc. Aux.	
Arq. Distrital de Aveiro	Distrital	I.P.A.	1971	1	1	
Arq. Distrital de Beja	Distrital	I.P.A.	1984	1	1	
Arq. Distrital de Braga	Distrital	Universidade do Minho	1917	1	3	
Arq. Distrital de Bragança	Distrital	I.P.A.	1985	1	1	
Arq. Distrital de Castelo Branco	Distrital	I.P.A.	1989			
Arq. Distrital de Faro	Distrital	I.P.A.	1972	2	3	
Arq. Distrital da Guarda	Distrital	I.P.A.	1984	1	1	
Arq. Distrital de Portalegre	Distrital	I.P.A.	1933	2		
Arq. Distrital do Porto	Distrital	I.P.A.	1932	5	1	
Arq. Distrital de Setúbal	Distrital	I.P.A.	1969	2	2	
Arq. Distrital de Viana do Castelo	Distrital	I.P.A.	1985	1	2	
Arq. Distrital de Vila Real	Distrital	I.P.A.	1979	1	3	
Arq. Distrital de Viseu	Distrital	I.P.A.	1932	1	3	
Arq. Geral da Marinha	Departamental	Chefe do Estado Maior Armada		1		
Arq. Hist. da Biblioteca Nacional	Departamental	Biblioteca Nacional / Sec. de Estado da Cultura		1		A consulta está sujeita a autorização da direcção da Biblioteca Nacional.
Arq. Histórico-Diplomático do Ministério dos Neg. Estrangeiros	Ministerial	Ministério dos Negócios Estrangeiros		1	1	
Arq. Histórico da Direcção-Geral das Alfândegas	Departamental	Alfândega de Lisboa / Direcção-Geral das Alfândegas	A entidade desconhece	1		A D.G.A. possui um arquivo geral não aberto ao público. O fundo correspondente ao Arq. Histórico encontra-se na Biblioteca da Alfândega de Lisboa.
Arq. Histórico da Directoria do Porto da Polícia Judiciária	Departamental	Directoria do Porto da Polícia Judiciária				Está aberto apenas a investigadores.
Arq. Histórico Militar	Departamental	Estado Maior do Exército	A entidade desconhece			
Arq. Histórico do Ministério das Finanças	Ministerial	I.P.A.	1938	1	1	Desde Julho de 1990, está depositado no ANTT e aguarda a sua extinção e consequente integração no Arq. Nacional.
Arq. Histórico Parlamentar	Especial	Assembleia da República		b) 3	1	O acesso é apenas facultado aos deputados, membros do Governo e pessoal afecto à Assembleia da República. Outras pessoas carecem de autorização do Dir. Geral de Apoio Parlamentar.
Arq. Histórico Ultramarino	Ministerial	Inst. de Invest. Cient. Tropical	1931	2	3	
Arq. Nacional da Torre do Tombo	Nacional	Sec. de Estado da Cultura	1901	13	9	
Arq. da Universidade de Coimbra	Universitário	Universidade de Coimbra	1901	6	9	
Bibl. e Arq. Hist. do Ministério Obras Púb. Transportes e Comun.	Ministerial	Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações	a) 1911	1	2	
Bibl. Púb. e Arq. Distrital Évora	Distrital	I.P.A.	1916	1	4	
Bibl. Púb. e Arq. Distrital Leiria	Distrital	I.P.A.	1916	1		
Direcção-Geral Junta Crédito Públ. Divisão do Arq., Museu e Biblioteca	Departamental	Direcção-Geral da Junta do Crédito Público		1		Carece de pedido de autorização para serem efectuadas consultas.
Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar	Departamental	Direcção do Serviço de Fortificações e Obras do Exército				Faculta o acesso a entidades estatais, em especial, com fins culturais.

† Não inclui os Arquivos dos Governos Cívicos (ver Anexo 5).

52

51

a) Reabriu de novo ao público em 1958.

b) Não indica se são técnicos de BAD.



ANEXO 4

ANOS DE ABERTURA AO PÚBLICO DOS ARQUIVOS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

	1901	1911	1916	1917	1931	1932	1933	1938	1969	1971	1972	1979	1984	1985	1989	
Arq. Distrital de Aveiro										*						
Arq. Distrital de Beja													*			
Arq. Distrital de Braga				*												
Arq. Distrital de Bragança														*		
Arq. Distrital de Castelo Branco															*	
Arq. Distrital de Faro											*					
Arq. Distrital da Guarda													*			
Arq. Distrital de Portalegre							*									
Arq. Distrital do Porto						*										
Arq. Distrital de Setúbal									*							
Arq. Distrital de Viana do Castelo														*		
Arq. Distrital de Vila Real												*				
Arq. Distrital de Viseu						*										
Arq. Histórico Minist. das Finanças								*								
Arq. Histórico Ultramarino					*											
Arq. Nacional da Torre do Tombo	*															
Arq. da Universidade de Coimbra	*															
Bibl. e Arq. Hist. do Ministério Obras Púb. Transportes e Comun.		*														
Bibl. Púb. e Arq. Distrital Évora			*													
Bibl. Púb. e Arq. Distrital Leiria			*													
TOTAIS	2	1	2	1	1	2	1	1	1	2	1	1	2	2	1	21

ANEXO 5

ARQUIVOS DOS GOVERNOS CIVIS

GOVERNO CIVIL	COM ARQ.HIST.	COM ARQ.ABERTO	OBSERVAÇÕES
Beja	Sim	Não	
Braga	Sim	Não	
Lisboa	Sim	Não	
Porto	Sim	Não	Acessível em casos especiais
Viana do Castelo	Sim	Não	

CARACTERIZAÇÃO DOS ARQUIVOS MUNICIPAIS

MUNICÍPIO	ARQUIVO PÚBLICO	ARQUIVO ABERTO	PERSONAL TÉCNICO	TEC. SUP.	TEC. BUR.	OBSERVAÇÕES
Abrantes	SIM			1	1	
Albarelga	Não					
Alcácer do Sal	SIM			1988	2	
Alcochete	Não					
Alqueir	SIM			1990	1	
Aljustrel	SIM			1988	1	
Almada	Não					
Alvito	Não			1	1	1. Previsão abertura em breve.
Alvarente	SIM			1947	1	
Alvares F.	Não					
Alvares F.	Não					
Alvito	SIM			1985	1	
Alvito	SIM			Não respondeu		
Azambuja	Não					
Barcelos	Não			Não respondeu	1	2
Beja	SIM			Não respondeu		
Braga	Não					
Benavente	SIM			Não respondeu		
Caldas da Rainha	Não					
Campo Maior	Não					
Carregal do Sal	SIM			Não respondeu		
Cascais	SIM			1987	1	
Castelo de Vide	Não					
Castro Verde	SIM			Não respondeu		1. Já abertura ao público e condicionada devido ao estado precário das instalações. 2. Pessoal é comum à Biblioteca Municipal.
Delgado de Basto	Não					
Charneca	Não					
Coimbra	SIM			1988	3	
Coruche	Não					
Elvris	SIM			Não respondeu	1	3. O arquivo funciona integrado na Biblioteca Municipal, sendo o pessoal comum aos dois serviços.
Entrancamento	Não					
Esposende	Não					
Estremoz	Não					
Fafe	Não					
Felgueiras	Não					
Figueira da Foz	Não					
Fronteira	SIM			1988	1	
Gouveia	SIM			Não respondeu	2	2. O acesso à documentação, que está por organizar, faz-se com autorização do Director. 3. Pessoal é comum à Biblioteca Municipal.
Grândola	Não					
Gouveias	SIM			1931	1	2
Lagoa	Não					
Lamego	Não respondeu					
Leiria	Não					
Lisboa	SIM			1862		
Loulé	SIM			1984	1	2
Marvão	Não					

Localidade	Situ.	Ano	Resposta	Observações
Alto	Sim	1991		
Autosilvas	Não			
Manchique	Não			Para além das actas das sessões, existe muita pouca documentação histórica.
Montijo	Não			
Musa	Não			
Oblós	Não			
Odeira	Não			
Oeiras	Não			
Oliveira de Azeitú	Não			
Oliveira do Bairro	Não			
Oliveira de Frades	Não			
Ovar	Sim	1986	1	
Penafiel	Não			
Peso da Régua	Não			
Ponte de Lima	Sim	1980	1	3
Porto	Sim	Não respondeu	1	
Porto	Sim	1978	4	2
Póvoa de Lanhoso I	Não			
Redondo	Não			
Santa Maria da Feira I	Não			
Santarém	Não			
Santo Tirso	Sim	1987		
Seizal	Não			
Serra	Sim	1982		
Sesimbra	Não			
Setúbal	Não			
Silves	Sim	1983	1	A abertura ao público é condicionada.
Sines	Sim	1985	1	
Sobrosa	Sim	1982	1	
Trofa	Sim	1988		
Terras de Bouro	Não			
Tomar	Não			
Trofa	Sim	1991	1	
Trofa	Não			
Valongo	Sim	1989	1	
Vila do Conde	Sim	1972	1	1
Vila do Conde	Sim	Não respondeu		
Vila Flor	Sim	1987		
Vila Nova de Cerveira	Não			
Vila Nova de Fafe I	Sim			
Vila Nova de Gaia	Não			
Vila Real de Santo António	Não			
Vila Verde	Não			
Vila Verde	Não			
Vila Viçosa	Sim			
Viseu	Não	1980		



Ovar																				
Ponte de Lima																				
Porto																				
Santo Tirso																				
Serpa																				
Silves																				
Sines																				
Sintra																				
Tavira																				
Torres Novas																				
Valongo																				
Viana do Castelo																				
Vila Flor																				
Vila Viçosa																				
TOTAIS	1	1	1	1	1	1	2	2	2	1	2	4	1	3	2	1	2	28		

INSTRUMENTOS DE PESQUISA MANUAL

NO. RESPOSTAS:	QUANTAS:	INVENTÁRIOS:	CATÁLOGOS:	ÍNDICES:	OUTROS:
1	+				
2		+			
3			+		
4	+			+	
5		+			+
6			+		
7				+	
8	+				+
9				+	
10	+				
11		+			
12			+		+
13				+	
14				+	
15					+
16		+			
17				+	
18					+
19				+	
20	+				+
21	+			+	
22				+	
23					+
24	+			+	
25	+				+
26				+	
27					+
28	+				+
29					+
30		+			
31	+			+	
32				+	
33	+				

36	1		1	1		
37	1		1			
38	1		1	1		
39	1		1	1		
40			1			
41	1		1			
42			1	1		
43	1		1			
44	1		1	1		
45	1		1	1		
46	1		1	1		
47			1			
48	1			1		
49	1		1	1		
50			1			
51	1					
52	1		1			
53	1		1	1		
54	1		1	1		
55	1		1	1		
56			1	1		
57						
58			1			
59	1		1	1		
60	1		1	1		
61				1		
62			1	1		
63			1	1		
64			1			
65			1	1		
66			1	1		
67			1	1		
68			1	1		
TOTALS	33	51	43	35	3	
%	49%	75%	63%	51%	4%	



ANEXO 9

QUADRO COMPARATIVO DOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA MANUAL  
em função da existência de guias

	GUIAS	INVENTÁRIOS	CATÁLOGOS	ÍNDICES	OUTROS
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					
21					
22					
23					
24					
25					
26					
27					
28					
29					
30					
31					
32					
33					
	33	25	20	18	4
	100%	76%	61%	55%	12%

ANEXO 10

QUADRO COMPARATIVO DOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA MANUAL  
em função da existência de inventários

	LISTAS	INVENTÁRIOS	ATÁLAGOS	ÍNDICES	OUTROS
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					
21					
22					
23					
24					
25					
26					
27					
28					
29					
30					
31					
32					
33					
34					
35					
36					
37					
38					
39					
40					
41					
42					
43					
44					
45					
46					
47					
48					
49					
50					
51					
	25	34	28		
	49%	67%	55%		62%

ANEXO II

QUADRO COMPARATIVO DOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA MANUAL  
em função da existência de catálogos

	GUIAS	INVENTÁRIOS	CATÁLOGOS	ÍNDICES	OUTROS
1	1	1	1	1	
2		1	1	1	
3			1	1	
4	1	1	1	1	
5	1	1	1	1	
6	1		1		
7	1		1		
8	1	1	1	1	
9		1	1	1	
10		1	1		
11			1		
12	1	1	1	1	
13	1		1		
14	1	1	1	1	
15			1	1	
16	1	1	1	1	
17		1	1	1	
18	1	1	1	1	
19	1	1	1		
20	1	1	1	1	
21	1	1	1	1	
22		1	1		
23		1	1	1	
24		1	1	1	
25			1	1	
26		1	1		
27		1	1	1	
28		1	1	1	
29		1	1	1	
30	1		1		
31		1	1	1	
32		1	1	1	
33	1	1	1	1	
34	1	1	1	1	
35		1	1	1	
36		1	1		
37	1	1	1	1	1
38	1	1	1		
39	1	1	1	1	
40			1	1	
41		1	1		
42			1	1	
43			1		
	20	34	43	30	1
	47%	79%	100%	70%	2%

ANEXO 12

QUADRO COMPARATIVO DOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA MANUAL  
em função da existência de índices

	GUIAS	INVENTÁRIOS	CATÁLOGOS	ÍNDICES	OUTROS
1	+	+		+	
2		+		+	
3	+	+	+	+	
4	+	+	+	+	
5	+	+	+	+	
6		+	+	+	
7			+	+	
8	+	+	+	+	
9		+	+	+	
10	+	+	+	+	
11	+	+	+	+	
12	+			+	+
13		+	+	+	
14		+	+	+	
15	+	+	+	+	
16		+	+	+	
17		+	+	+	
18		+	+	+	
19	+	+	+	+	
20			+	+	
21	+	+	+	+	
22	+	+	+	+	
23		+	+	+	
24	+	+	+	+	
25	+	+	+	+	+
26		+	+	+	
27		+	+	+	
28			+	+	
29	+	+		+	
30	+			+	
31			+	+	
32	+	+	+	+	
33		+	+	+	
34	+	+	+	+	
35			+	+	
	18	28	30	35	2
	51%	80%	86%	100%	6%

ANEXO 13

QUADRO COMPARATIVO DOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA MANUAL  
em função da existência de "Outros" (grupo residual)  
instrumentos de pesquisa

	GUIAS	INVENTÁRIOS	CATÁLOGOS	ÍNDICES	OUTROS
1	*	*			
2	*	*	*	*	
3					
4	*	*			
5	*			*	
	4	3	1	2	5
	80%	60%	20%	40%	100%

ANEXO 14

INSTRUMENTOS DE PESQUISA  
AUTOMÁTICA

NO RESPOSTAS	EXISTENTES	EM PREPARAÇÃO
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		
11		1
12		1
13		
14		
15	1	
16		
17		1
18		
19		
20		
21	1	1
22		
23		
24		
25		1
26		1
27		
28		
29		
30		
31		
32		
33	1	1
34	1	
35	1	

36		1
37	1	
38	1	
39	1	
40		1
41	1	
42	1	
43	1	
44	1	
45	1	1
46		1
47		1
48		
49		
50		
51		
52	1	
53		
54		1
55	1	
56		
57		
58		1
59	1	1
60		1
61		
62		
63		
64		
65	1	
66		
67		
68		1
TOTALS	17	17
%	25%	25%







ANEXO 16

QUADRO COMPARATIVO DOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA COM O TIPO DE ACESSO À INFORMAÇÃO POR ELAS PERMITIDO em função da existência de guias

	INSTRUMENTOS DE PESQUISA MANUAL					TIPO DE ACESSO À INFORMAÇÃO							
	GUIAS	INVENTÁRIOS	CATÁLOGOS	ÍNDICES	OUTROS	CLASSIFICADO (org./func.)	CLASSIFICADO	ONOMÁSTICO	GEOGRÁFICO TOPONÍMICO	DEGRÁFICO	CRONOLÓGICO	TOPOGRÁFICO	OUTRO
1													
2													
3													
4													
5													
6													
7													
8													
9													
10													
11													
12													
13													
14													
15													
16													
17													
18													
19													
20													
21													
22													
23													
24													
25													
26													
27													
28													
29													
30													
31													
32													
33													
	33	25	20	18	2	25	9	18	11	12	23	9	2
	100%	76%	61%	55%	6%	76%	27%	55%	33%	36%	70%	27%	6%

ANEXO 17

QUADRO COMPARATIVO DOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA COM O TIPO DE ACESSO À INFORMAÇÃO POR ELAS PERMITIDO  
em função da existência de inventários

	INSTRUMENTOS DE PESQUISA MANUAL					TIPO DE ACESSO À INFORMAÇÃO							
	BIBLIOTECAS	INVENTÁRIOS	CATÁLOGOS	ÍNDICES	OUTROS	CLASSIFICADO (org./func.)	CLASSIFICADO	DINAMÍSTICO	TESSÁURICO TOPONÍMICO	GEOGRÁFICO	CRONOLÓGICO	TOPOGRÁFICO	OUTRO
1													
2													
3													
4													
5													
6													
7													
8													
9													
10													
11													
12													
13													
14													
15													
16													
17													
18													
19													
20													
21													
22													
23													
24													
25													
26													
27													
28													
29													
30													
31													
32													
33													
34													
35													
36													
37													
38													
39													
40													
41													
42													
43													
44													
45													
46													
47													
48													
49													
50													
51													
25	492	609	34	28	2	13	27	17	22	29	17	1	
	492	609	671	551	42	251	531	351	431	571	331	21	

ANEXO 18  
INDEXAÇÃO POR ASSUNTOS

Nº DE RESPOSTAS	EXISTENCIA DE INSTRUMENTOS DE ACESSO POR ASSUNTOS	LINGUAGEM CONTROLADA	LINGUAGEM NÃO CONTROLADA	TIPO DE INSTRUMENTO DE AFDIO À INDEXAÇÃO	FORMA DO INSTRUMENTO DE AFDIO À INDEXAÇÃO
1	Não				
2	Sim			Lista construída à medida que é feita a indexação	Lista alfabética simples
3	Não				
4	Não				
5	Sim				
6	Não			Lista construída à medida que é feita a indexação / Lista de termos previamente elaborada (ARBASE)	Lista alfabética simples / Lista alfabética estruturada
7	Não				
8	Sim				
9	Não			Lista de termos previamente elaborada	Estrutura do programa ARBASE
10	Não				
11	Sim				
12	Não				
13	Não				
14	Sim			Lista construída à medida que é feita a indexação	Lista alfabética simples
15	Sim				
16	Sim				
17	Sim				
18	Sim				
19	Sim				
20	Sim				
21	Não				
22	Não			Lista de termos previamente elaborada	Lista alfabética simples / Apresentação gráfica
23	Sim				
24	Não			Lista de termos previamente elaborada	
25	Sim				
26	Sim			Elaborada pelo indexador sem qualquer apoio	
27	Sim				
28	Sim				
29	Não				
30	Não				
31	Sim				
32	Sim				
33	Sim			Lista de termos previamente elaborada	Lista alfabética estruturada
34	Sim				
35	Não				
36	Sim				
37	Sim			Thesaurus da UNESCO	Lista alfabética estruturada
38	Não			Lista de termos previamente elaborada	Lista hierárquica
39	Sim				
40	Não			Lista construída à medida que é feita a indexação	
41	Sim			Lista de termos previamente elaborada	Lista alfabética estruturada / Apresentação gráfica
42	Sim			Lista de termos previamente elaborada	
43	Sim			Lista construída à medida que é feita a indexação	Lista alfabética simples
44	Sim				
45	Não				